

Velloso diz que clero critica programa sem conhecê-lo bem

"O clero deveria ler primeiro o programa materno-infantil aprovado na semana passada pelo Conselho de Desenvolvimento Social, descobrir que a intenção do Governo é cuidar da saúde de cerca de 80 mil mulheres, e parar de se pronunciar contra a distribuição de pílulas, porque só vamos fazê-la dentro de normas médicas e critérios rígidos".

A declaração é do ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Reis Velloso, que descartou a possibilidade, "pelo menos no momento", do Governo vir a permitir que o controle da natalidade seja estendido às 23 milhões de mulheres seguradas ao INPS. Para ele está existindo distorção na divulgação do PAMI, porque só se enfoca a distribuição de pílulas.

AS RAZÕES

O ministro Reis Velloso assegurou que a extensão do programa não está nos planos do Governo porque sequer foi levantada como hipótese e que o aprovado pelo CDS era uma proposta antiga do Ministério da Saúde, que, na sua opinião, tinha um sentido muito sério e de grande alcance. Disse ainda que ao colocarem a decisão do casal como soberana diante do risco da gravidez é a maior prova de que não desejam interferir no número de nascimentos nas famílias brasileiras.

Ressaltou ainda a disposição de prevenir nascimentos de crianças comprometidas biologicamente, que nas condições atuais só viriam engrossar as taxas de mortalidade infantil. É, segundo o ministro do Planejamento, era para esse lado do programa que a Igreja deveria se voltar e não ficar se informando do assunto em partes isoladas e partir para uma oposição infundada.

O ministro do Planejamento disse que o programa de saúde materno-infantil não significa "de forma nenhuma um controle de natalidade promovido pelo Governo", uma vez que será feito por opção da própria mulher e não por opinião expressa pelo Governo.

Explicou que a iniciativa oficial visa apenas educar o povo para evitar a gravidez de alto risco. Dessa forma caberá à mulher fazer o controle, seja através do uso de anticoncepcionais ou outro método qualquer, previsto pelo programa.

Para o ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, também presente na solenidade de abertura da conferência, houve uma "espécie de distorção no noticiário em que um aspecto do programa foi examinado com lupa ou

microscópio, dando muito destaque para aquele detalhe com prejuízo, de certa forma, para o programa global de saúde materno-infantil".

Segundo Arnaldo Prieto, a prevenção de gravidez de alto risco é uma atividade que absorve apenas 15 por cento dos recursos do programa global, atingindo um percentual de 7 por cento das mães a serem beneficiadas, pelo mesmo programa. A medida, no entanto, em nada afetará a área de atuação de sua pasta, por tratar-se de assunto em que "há uma repercussão geral, mas não particular ou específica".

SEM COMENTARIOS

O presidente da Fundação IBGE, Isaac Kerstenetzky afirmou, ontem, que não cabe ao órgão que preside avaliar as medidas do Governo, mas apenas investigar os vários aspectos demográficos do crescimento populacional e acompanhar o seu índice. Com essas declarações Kerstenetzky recusou-se a comentar a nova política de controle de natalidade instituída pelo programa de saúde materno-infantil, logo após conferência que pronunciou para os estagiários da ESG sobre o tema "Estatística e Desenvolvimento Social".

No rápido diálogo travado com os jornalistas após a conferência (a imprensa mais uma vez não teve acesso ao auditório da Escola Superior de Guerra), Kerstenetzky informou que ainda esta semana será divulgado o novo índice de produção industrial elaborado pelo IBGE. Durante a palestra foram abordados os problemas da economia brasileira, as novas safras agrícolas e o processamento do censo demográfico de 1975.

HELDER FALA

O arcebispo de Olinda e Recife, dom Helder Câmara disse, ontem, que estranhava o fato de o Governo brasileiro partir para um programa de distribuição de anticoncepcionais para evitar a gravidez de alto risco, "depois do fracasso do planejamento de anticoncepcionais na Índia".

— Os países do Terceiro Mundo devem estar atentos para planejamentos familiares, partindo da idéia da explosão demográfica — disse ele. — A explosão é de egoísmo, tanto dos grupos privilegiados dos países produtores da matéria-prima, como dos próprios industriais.

Segundo ele, "é mais cômodo distribuir pílulas do que rever em profundidade as injustiças da política internacional do comércio. Quando se

alude à gravidez de alto risco, o alto risco é antes de tudo e sobretudo para a ambição dos que anseiam por lucro descontrolado e sem limites".

VIOLAÇÕES

"Como explicar tantas e tantas manchas aberrações perpetradas, segundo dizem, em defesa do homem, da raça, da própria nação que se prepara, nos planos oficiais, a tornar-se uma 'grande potência'?"

Essas declarações, assinadas pelo arcebispo de Goiânia, D. Fernando Gomes dos Santos e distribuídas à imprensa em Goiânia ontem, encerram uma denúncia em que se alinham problemas ligados aos direitos humanos no Brasil, como a expulsão iminente de D. Pedro Casaldáliga, a distribuição de anticoncepcionais, o caso do padre Zufferey e, mais especificamente, vexames a que, não dizer de D. Fernando, foram submetidos no aeroporto de Goiânia, membros da benemérita ação "Misereor", interrogados e revistados pela Polícia Federal.

Sob o título de "como explicar?", as declarações prestadas por D. Fernando Gomes dos Santos são, na íntegra, a seguinte:

"Vivemos dias de preocupações e ameaças. Seria longa a lista dos atentados aos direitos e à dignidade de pessoas e instituições. Indicaremos alguns, desses últimos dias, conforme o noticiário da imprensa.

"Rumores insistentes, baseados em informações merecedoras de crédito, anunciaram a iminente expulsão do Brasil do bispo de São Félix, em Mato Grosso, dom Pedro Casaldáliga. Esta é a terceira ou quarta vez que se intenta consumir mais um ato arbitrário e injusto contra o dedicado apóstolo dos indefesos peões e índios da região. Como nas outras ocasiões, não se fez esperar a solidariedade da Igreja. Basta ler O Estado de S. Paulo, em sua edição de 30/7/77, página 8, e outros jornais do mesmo dia.

"O caso do padre Romando Zufferey, assistente eclesástico da Ação Católica Operária do Nordeste, continua sendo notícia, ameaçado de expulsão do país, por dedicar-se à defesa dos operários oprimidos e injustiçados.

"O ministro da Saúde expõe o seu plano de distribuição gratuita de anticoncepcionais, pretendendo, segundo afirma, 'a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros', sem maiores considerações éticas, biológicas e sociais. Sobre o assunto, a CNBB, refutando mais uma vez a insensatez

da iniciativa oficial, declarou que o problema da miséria não se resolve com pílulas e sim com justiça social, com profundas e radicais medidas de saneamento moral.

"Domingo, 31/7/77, em Goiânia, membros da benemérita ação Misereor desembarcaram no aeroporto Santa Genoveva e passaram pelo vexame de serem interrogados e vistoriados por agentes da Polícia Federal, como se fossem intrusos, espíões ou subversivos. Homens sérios e educados, ficaram surpreendidos pela maneira deseducada e inamistosa como foram recebidos em Goiânia depois de terem desembarcado sem atropelos ou suspeitas no aeroporto Internacional do Galeão, satisfeitos as exigências legais.

São eles representantes de organizações da Europa que colaboram de maneira correta e generosa na promoção humana e social dos países do chamado Terceiro Mundo. As dioceses e prelazias do Brasil muito devem a estas organizações supervisionadas pelos respectivos episcopados, com plena aprovação dos bispos do Brasil.

"Estes fatos comprovam a desorientação e fraqueza do sistema que se caracteriza pela hostilidade, não só à Igreja, como aos valores que sustentam o edifício social. O desequilíbrio é de tal ordem que chega-se ao excesso de oficializar ou legalizar o crime, a corrupção, os pontos mais graves que ofendem a moral e degradam os costumes de uma nação que se vê a cada dia mais entregue ao arbítrio que não respeita a lei, ou se deixa conduzir por leis ocasionais, pré-fabricadas, a margem do direito e do bom-senso.

"Ontem foi a dissolução do casamento civil. Hoje a violação do direito à concepção. Amanhã será a legalização do aborto com suas consequências contra a vida, as normas de convivência humana, a violação pura e simples do direito de ser livre, de realizar a nossa razão de existir.

"Como explicar tantas e tantas manchas aberrações perpetradas, segundo dizem, em defesa do homem, da raça, da própria nação que se prepara, nos planos oficiais, a tornar-se uma 'grande potência'?"

"De tudo se conclui que o corpo está enfermo, enlouquecido, porque a doença localiza-se na cabeça.

"Menos mal que o corpo social é diferente do corpo físico. Neste a cabeça não pode ser mudada...

Goiânia, 01 de agosto de 1977.
(A) D. Fernando Gomes dos Santos - Arcebispo de Goiânia".